



IEEI/ SOCINOVA /CICDR

Relatório do Seminário Temático

Os 50 anos do Tratado de Roma: A Europa dos Valores

(Lisboa, 27 de Março de 2007)

O presente relatório sintetiza as ideias fundamentais trazidas a debate no seminário ***Os 50 anos dos Tratados de Roma. A Europa dos valores***, realizado a 27 de Março de 2007, no Hotel Tivoli, em Lisboa. Na organização do seminário, o IEEI contou com a colaboração da Comissão para a Igualdade e contra a Discriminação Racial (CICDR) e do SociNova Migrações.

Programa

A sessão de abertura, ponto de partida do seminário, foi conduzida por António Figueiredo Lopes, vice-presidente do Conselho Directivo do IEEI, Rui Marques, Alto Comissário para os Imigrantes e as Minorias Étnicas e Maria Margarida Marques, Directora do SociNova Migrações. À abertura, seguiram-se três outras sessões.

A sessão dedicada à discussão da temática “*Os migrantes como símbolo da diversidade da Europa actual: perspectivas portuguesas*”, teve como palestrantes Clara Saraiva, do Instituto de Investigação Científica e Tropical e Cristina Santinho, da Universidade Lusófona, cujas comunicações foram moderadas por Cármen Maciel, do SociNova Migrações e comentadas por Sandra Monteiro, directora da edição portuguesa do *Le Monde Diplomatique*.

O tema “*A xenofobia na Europa: que implicações para o projecto europeu?*” foi abordado na segunda sessão por Cidália Figueiredo, da CICDR, e Bruno Peixe Dias, da Rede Europeia de Informação sobre Racismo e Xenofobia/Númena. Os comentários às comunicações ficaram a cargo de Anabela Rodrigues, da Associação Cultural Moinho da Juventude. Maria do Rosário de Moraes Vaz, investigadora do IEEI, foi responsável pela moderação do debate.

A sessão comemorativa dos 50 anos dos Tratados, “*Os valores da Europa nos 50 anos dos Tratados de Roma*”, foi moderada por Álvaro de Vasconcelos, director do IEEI, tendo como palestrantes Vítor Martins, conselheiro da Presidência da República para os Assuntos Económicos, Maria João Rodrigues, conselheira da Comissão Europeia, e Guilherme d’Oliveira Martins, presidente do Centro Nacional de Cultura.

O encerramento do seminário contou com a presença de Manuel Lobo Antunes, Secretário de Estado dos Assuntos Europeus e de Margarida Marques, directora da Representação da Comissão Europeia em Portugal.

Enquadramento geral

O tema dos valores europeus é central nas discussões sobre o futuro da Europa. A comemoração dos 50 dos Tratados de Roma e a conjuntura actual de profunda reflexão sobre o caminho a tomar depois das rejeições em França e na Holanda do Tratado

Constitucional e de “inquietação” face a novos alargamentos, sobretudo a sul, tornam incontornável o debate sobre os valores fundamentais da União Europeia (UE).

Subjacente a este debate está a questão mais ampla – e também evasiva – da identidade europeia. O que é ser europeu? Que valores fundamentam, ou devem fundamentar, esta identidade? A Europa afirma, desde Amesterdão, a liberdade, a democracia, os direitos do homem, as liberdades fundamentais e o Estado de direito, tendo acrescentado no Tratado Constitucional o pluralismo, a tolerância, a justiça, a solidariedade e a não discriminação. Valores que reafirmou na Declaração de Berlim, de 25 de Março de 2007. Estará a UE a salvaguardar e promover estes valores – dentro e fora de fronteiras? Tratará todos os que nela vivem como cidadãos europeus de pleno direito? Estará a estender aos seus parceiros e vizinhos aquilo que defende como os seus “valores fundamentais”?

Estas foram algumas das questões abordadas durante o seminário. Presente em todo o debate esteve a ideia fundamental, e já avançada pelo *background paper*, preparado por Pedro Courela, investigador do IEEI, de que a identidade europeia não pode ser definida por oposição a um “outro”. A história da Europa é uma história de “outros” que trouxe consequências desastrosas para a vida de milhares. Foi precisamente o sonho de erradicação das sementes de guerras contra “outros” e de criação de uma comunidade de “nós” que conduziu os pais fundadores ao projecto de integração europeia.

Uma Europa de diversidade

O fenómeno das migrações, desde sempre presente na humanidade, tem adquirido nos últimos anos uma visibilidade crescente. A Europa tornou-se num dos destinos por excelência dos migrantes, especialmente dos migrantes que chegam do sul, dos espaços anteriormente colonizados pelas potências europeias. Finda a colonização, os fluxos de pessoas para as ex-metrópoles, numa procura das *origens* ou de um eldorado tantas vezes *imaginado*, tornaram-se num dos mais significativos movimentos migratórios contemporâneos.

Coloca-se, portanto, à Europa uma realidade de (acrescida) heterogeneidade. As línguas faladas, os credos religiosos professados, as heranças culturais daqueles que hoje vivem e fazem a Europa são irrevogavelmente marcadas pela diversidade. São cerca de 20 milhões os imigrantes que vivem actualmente na Europa, provenientes dos mais diversos países, de todas as regiões do mundo.

O enorme enriquecimento que esta pluralidade de origens e referências traz à Europa tem sido, no entanto, encarado como uma preocupante ameaça. As características que cidadãos e políticos apontam àqueles que vivem e trabalham na Europa, provenientes ou “descendentes” de outras regiões, são vistas como diferenças irreconciliáveis e em potencial colisão com aquilo que consideram constituir as suas identidades. É neste contexto que a discussão sobre uma identidade europeia, capaz de superar os discursos nacionalistas e xenófobos, assume uma importante relevância.

Assim como as diferenças e a forma como são encaradas são uma construção, uma sedimentação histórica, resultante, em grande medida, de negociações políticas, como notou Maria Margarida Marques, impõe-se à Europa, um trabalho árduo de construção política da semelhança.

Sociedades em transformação

A heterogeneização do tecido social, cultural e económico de um país, de uma região ou de uma cidade é e será sempre o resultado inevitável da chegada de migrantes. Diferentes línguas, hábitos culturais, religiões, modos de pensar e de agir sobre o mundo, são as faces

mais visíveis da diversidade que os imigrantes simbolizam e imprimem nas sociedades de acolhimento, transformando-as e transformando-se neste processo que é sempre bidireccional.

A religião é uma das áreas da vida social que mais se diversifica com a imigração. No caso português, é notória a ‘heterogeneização’ do panorama religioso depois de 25 de Abril de 1974, com a chegada ao país de “imigrantes” dos territórios das ex-colónias, adensada depois na década de 1990, com fluxos migratórios originários da Ásia, da Europa Central e de Leste e da América Latina. Com os imigrantes não chegaram apenas novas religiões, mas também rituais terapêuticos, espíritos ancestrais, objectos e dinheiro que circulam no espaço das diásporas, transformando as práticas religiosas de muitos portugueses, mas também os próprios rituais, por força da necessária adaptação a um diferente contexto social e cultural.

A religião e a terapêutica animista dos *pepel*, um dos grupos étnicos da Guiné-Bissau, está bastante presente em Portugal, designadamente na Área Metropolitana de Lisboa, assim como a *umbanda* e o *candomblé*, religiões afro-brasileiras – para citar dois exemplos estudados por Clara Saraiva. No primeiro caso, são sobretudo guineenses e cabo-verdianos que recorrem aos *djambakósses* – líderes religiosos dos *pepel* – que mantêm e praticam os seus rituais religiosos em vários pontos da cidade de Lisboa. Mas no caso das religiões afro-brasileiras, cujos terreiros foram iniciados por mulheres que emigraram para o Brasil e regressaram entretanto a Portugal, a maioria dos “clientes” são portugueses. Aparentemente, o equilíbrio entre o exótico e o aceitável das religiões afro-brasileiras é mais atractivo para os portugueses que recorrem a estas práticas, mais familiarizados até com o panteão sagrado, muito semelhante ao católico.

É interessante, sobretudo, notar que ambas as práticas religiosas implicam uma significativa circulação de pessoas e de bens (mães de santo, dinheiro, objectos e substâncias, pagamento de promessas, rituais fúnebres...) entre o país de destino e os países de origem. No entanto, este dinamismo diaspórico não se confina à religião. As remessas, complemento do orçamento dos familiares que ficam, e que são enviadas sobretudo pelos imigrantes com menos recursos, a música, a literatura, a arte plástica e a gastronomia, constituem uma parte importante dos fluxos que ligam as comunidades de origem aos diferentes pontos de destino e estes entre si.

A problemática da integração

Muito embora a diversidade esteja a ser explorada de forma positiva em muitos dos países europeus – vista como factor de enriquecimento e assinalada pela emergência de associações de imigrantes e de *media* comunitários, ou pelas comemorações associadas ao dia do imigrante – assistimos paralelamente a fenómenos de sinal contrário, como as controvérsias em torno do uso do *hijab*, ou a emergência de movimentos nacionalistas e de partidos de extrema direita.

Simultaneamente, os imigrantes experimentam dificuldades várias de integração nas sociedades de acolhimento, patentes no acesso condicionado (e em condições de desigualdade) a determinados segmentos do mercado de trabalho, à educação, à habitação, aos cuidados de saúde. O contexto da imigração envolve, por si só, inúmeras determinantes que se traduzem em múltiplos constrangimentos. No que diz respeito ao acesso aos sistemas nacionais de saúde, por exemplo, destacam-se, como salientou Cristina Santinho, a diferença de percepções face à doença e ao mal-estar, mas também a desadaptação social e cultural, as dificuldades económicas, o trabalho precário, mal remunerado e estigmatizado, a eventual “ilegalidade”, a dificuldade de expressão da língua, os diferentes contextos religiosos e terapêuticos, os tabus sobre o corpo e a sexualidade, o facto de o corpo ser usado como instrumento de trabalho, o contexto ambiental (local de residência, vizinhança,

escola, trabalho...), ou as dificuldades iniciais de entendimento da forma como as instituições funcionam.

Apesar de alguns esforços positivos, acresce a estes factores a falta de formação e sensibilidade para compreender os desafios do multiculturalismo por parte das instituições, as dificuldades na aplicação da lei, a pouca ou desadequada sinalização gráfica de hospitais e centros de saúde, a inexistência de serviços de tradução e a quase inexistência de mediadores culturais para a saúde.

Na superação dos bloqueios de acesso à saúde, para imigrantes e não imigrantes, é central a educação para este direito universal. Mais do que direitos colectivos, a integração dos imigrantes tem que ver, antes de tudo o resto, com direitos humanos. Neste sentido, as políticas de integração precisam de ser abordadas de forma integrada, e, acima de tudo, direccionadas para os indivíduos, com as suas múltiplas pertenças culturais, é certo, mas não por causa delas ou em função delas.

Os exemplos – falhados – das tentativas de integração “forçada” de diferentes “comunidades”, seja através de modelos assimilacionistas (como em França) ou multiculturalistas (como na Holanda), mostram-nos os riscos que envolvem estas políticas que privilegiam uma abordagem de integração que perspectiva os imigrantes como forçosamente idênticos aos restantes cidadãos, sem considerar necessidades específicas, ou como intrinsecamente diferentes da sociedade em geral, e naturalmente semelhantes entre si. Os esforços para compreender estas questões passam mais por aprendermos a viver uns com os outros, do que por nos estendermos em tentativas de definição dos “outros”.

No contexto português, é ainda mais premente pensar e discutir a integração dos imigrantes, sobretudo porque ainda se considera que não existem problemas de integração, racismo ou xenofobia em Portugal – ideias que radicam em mitos luso-tropicais, amplamente enraizados no pensamento português.

Contra a xenofobia e o racismo

Distintos entre si, mas totalmente interligados, a xenofobia e o racismo são duas das mais graves ameaças ao projecto europeu. Definida como uma reacção negativa contra estrangeiros, a xenofobia está intimamente relacionada com o racismo, que se define como uma discriminação baseada na “pertença racial”. Sendo a “raça” uma ficção cultural que naturaliza e generaliza diferenças individuais, a discriminação racial toca não só aqueles que vêm de outros países, mas também muitos dos que nascem num determinado país.

Facilmente mobilizáveis como arma política, a xenofobia e o racismo estão presentes nas sociedades actuais, sobretudo de uma forma camuflada. A manifestação aberta destas atitudes é francamente reprovada, mas permanecem, nas mais diversas esferas da vida pública, discriminações mais ou menos “escondidas”, que são aceitáveis para a generalidade da sociedade. É comum ouvirem-se discursos sobre a ameaça que os imigrantes representam para o equilíbrio do mercado de trabalho, por exemplo, quando estatisticamente se deveria afirmar o contrário.

Resultado de contextos sociais e históricos específicos (passados coloniais e processos de construção nacional, nomeadamente), a xenofobia e o racismo resultam na construção política de alteridades que no contexto europeu não podem ser ignoradas. Para o seu combate a Europa necessita de promover a igualdade, a rejeição do paternalismo e a capacitação dos imigrantes para uma cidadania activa (atribuindo-lhes, designadamente, o direito de voto). Impõe-se, portanto, e como defenderam Bruno Dias, Maria do Rosário de Moraes Vaz e Manuel Lobo Antunes, a construção de uma supra-identidade europeia que desnacionalize a cidadania.

A acção da União em matéria de xenofobia tem-se pautado, sobretudo, pela aprovação de medidas legislativas, enquadradas pela Decisão do Conselho de 27 de Novembro de 2000, que estabeleceu o Programa de Acção Comunitário de Luta contra a Discriminação. Em Portugal estabeleceram-se o ACIME e a Comissão para a Igualdade e contra a Discriminação Racial, cabendo a esta o acompanhamento das políticas governamentais em matéria de integração e das queixas relativas a casos de discriminação e respectivos procedimentos.

Mas como reconheceu Cidália Figueiredo, no combate à discriminação há ainda uma *décalage* entre a regulação e a acção. É nas esferas da divulgação e da pedagogia (formação de alunos, professores, agentes de segurança, comunicação social e sociedade civil em geral), que muito há a fazer para o cumprimento do direito a ser respeitado e o dever de respeitar nas sociedades multiculturais actuais. A xenofobia e o racismo têm de ser encarados pela Europa e pelos seus Estados membros, como uma ameaça à ordem e à paz mundial, e como um sério obstáculo ao projecto europeu.

Que caminho para o futuro da Europa?

A Europa vive hoje numa encruzilhada. Os caminhos a seguir nem sempre são claros, mas a urgência da escolha impõe-se. Nesta busca pelo melhor futuro possível para a União, há que recordar os valores que fundamentam a identidade europeia – guias indispensáveis para o advir – e os riscos que a Europa enfrenta, num mundo muito diferente daquele que a viu nascer, há 50 anos.

Valores comuns

Como já referimos, a identidade europeia assenta num conjunto delimitado, mas sempre em aberto, de valores que identificam o projecto europeu dentro de fronteiras, e no mundo. Entre eles já mencionámos os que integram os tratados: a liberdade, a democracia, os direitos do homem, as liberdades fundamentais, o Estado de direito, o pluralismo, a tolerância, a justiça, a solidariedade e a não discriminação.

São estes valores que constituem os alicerces fundamentais da identidade europeia, que se pretende pós-nacional ou, se preferirmos, supra-nacional. Num projecto que acima de geográfico é político, interessa sobretudo os direitos e deveres de cidadania daqueles que contribuem para ele, devendo ser a residência, mais do que a origem nacional ou étnica, a referência central. Assim, os discursos nacionalistas que se propagam hoje pela Europa, e que recorrem a representações estereotipadas dos “outros”, são absolutamente incompatíveis com o projecto europeu.

Neste exercício de reflexão sobre o futuro da Europa, os valores fundacionais confrontam-se com a necessidade de encontrar novas sínteses que orientem as políticas europeias. A tríade solidariedade, liberdade e igualdade, herdada da Revolução Francesa, deve ser também a tríade de uma solidariedade entre as diferentes regiões da Europa, do equilíbrio de poderes nas instituições, da cooperação para o desenvolvimento, de uma liberdade também para empreender e inovar, com responsabilidade, para um desenvolvimento sustentável, de uma igualdade na diversidade, que deve afastar as tentativas de cunhar a Europa com heranças religiosas específicas.

As políticas europeias como a do mercado único ou a política de concorrência, devem pugnar pela síntese entre todos estes valores. Não é possível, como sublinhou Maria João Rodrigues, defender mais mercado e menos coesão económica e social, ou mais abertura aos mercados externos e menos abertura à imigração e à integração. Assim, os objectivos da Estratégia de Lisboa, de concorrência e competição, solidariedade e coesão, deverão

promover uma civilização criadora, virada para o futuro, e aberta ao mundo. Para tal é preciso também vontade política e um governo económico e político da União: não há coesão e justiça distributiva em abstracto, tem de existir sempre coordenação da política económica, além do instrumento que é a moeda única.

Riscos à continuidade do projecto europeu

Entre os principais riscos que o projecto europeu enfrenta actualmente, destacam-se o “pessimismo conformista” (Guilherme d’Oliveira Martins) – o não empenho em procurar uma melhor existência para a União, a incapacidade de resposta face às questões de segurança, o impasse em torno do Tratado Constitucional – a “concorrência para baixo” (Maria João Rodrigues), a “fuga para a frente” (Vitor Martins) – nomeadamente a perspectiva de que é necessário um núcleo duro dentro da União – o não respeito pelos valores e princípios em que a União assenta (Manuel Lobo Antunes).

No aniversário dos 50 anos dos Tratados, é importante salientar que a UE tem ainda inúmeras questões por concluir: além da indefinição em torno do Tratado Constitucional (que tem 2009 como meta), colocam-se a diminuição da dependência energética, a defesa do ambiente, a segurança, o alargamento da cidadania europeia, a transparência das decisões, o aprofundamento da diversidade, a defesa dos direitos humanos (sendo positiva, nesta matéria, a criação da Agência Europeia de Direitos Humanos), o aperfeiçoamento do modelo social europeu.

Em matéria de diversidade, só o seu aprofundamento permitirá o avanço da Europa, como defendeu Álvaro de Vasconcelos, num artigo publicado no diário espanhol *El País*. Tendo o mundo no seu interior, faz todo o sentido que a Europa mobilize os seus cidadãos pelas questões mais “próximas”, como o emprego, a competitividade, o ambiente, mas também pela defesa dos “bens públicos internacionais”, enquanto Europa-mundo que é. Por isso, é necessário que as políticas europeias abordem a imigração e a integração de uma forma integrada, global, coerente e transdisciplinar, que englobem Estados e sociedade civil, que do medo conduzam a Europa para a esperança, para uma sociedade humanista e inclusiva, para a igualdade (Rui Marques).

Nesta perspectiva articulada e holística é importante considerar, a nível europeu, quer a gestão dos fluxos, quer o abandono das políticas proteccionistas, a partilha da riqueza e o co-desenvolvimento. No âmbito da próxima presidência portuguesa da UE algumas questões mereceriam aprofundamento: a diminuição das barreiras proteccionistas, o aumento da Ajuda Pública ao Desenvolvimento (APD) e do Investimento Directo Estrangeiro (IDE), a participação dos imigrantes na Europa e nos seus países de origem, a redução da drenagem de cérebros (preferência pela migração circular e pela qualificação média e baixa), a articulação mais ágil e fácil da legislação com os mercados de trabalho, e a integração. A própria história da UE poderia servir de modelo, de exemplo, para a gestão eficaz dos fluxos migratórios. Portugal, por exemplo, beneficiou deste modelo combinado de ajuda ao desenvolvimento e do espaço comum sem fronteiras. Menos cerco à Europa (pelo alargamento à Turquia ou pelas migrações de sul), poderá trazer-lhe mais paz, igualdade e riqueza (Rui Marques).

Conclusões e recomendações

As várias intervenções neste seminário apontaram para a importância de salvaguardar os valores que inspiraram os tratados europeus, enquanto baluartes de uma identidade europeia que é, antes de mais, pós-nacional e plural.

Os valores europeus não só devem guiar as diversas políticas comunitárias, como servir de referência para todos os seus cidadãos, nomeadamente aqueles que buscam em novos destinos de trabalho e de vida, modelos identitários alternativos. Neste sentido, o aprofundamento da diversidade e a promoção da integração daqueles que contribuem, com o seu trabalho e participação cívica, para o projecto europeu, é um objectivo que todos apontaram como primordial para o avanço da Europa.

Para tal, considerou-se necessário continuar a lutar contra a xenofobia, o racismo e formas radicais de nacionalismo, nomeadamente conciliar a regulação com acções concretas. Salientou-se igualmente a importância de uma abordagem “em banda larga” das migrações, que trate esta problemática nas suas múltiplas dimensões, sendo a mais referida a criação de condições para a integração dos imigrantes (diferente de “integração forçada”), nomeadamente no que diz respeito ao cumprimento dos direitos humanos universais.

A vontade política foi referida como motor indispensável, para que, a nível nacional e europeu, estas matérias sejam analisadas e abordadas de forma mais adequada e eficiente. Mas não deixou de se mencionar o importante papel da sociedade civil, sendo necessário a este nível, e especificamente no caso português, um significativo trabalho de educação para a igualdade na diversidade.